

## DEMISSÕES DE PROFESSORES

# Ministério Público dá parecer favorável à reintegração de docentes

Na terça-feira, 21/3, o Ministério Público do Trabalho atribuiu parecer favorável à reintegração dos professores demitidos pela Fundação São Paulo, reivindicada em ação movida pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) e pela APROPUC.

O Ministério Público, que funciona como um fiscal da lei, entendeu que a Fundação São Paulo infringiu a legislação vigente ao demitir os professores em fevereiro. O próximo dia 30/3, quinta-feira, foi marcado como indicativo para a realização do julgamento da ação no Tribunal Regional do Trabalho, na Rua da Consolação, 1842. Nesse dia, o juiz relator Antonio Teixeira apresentará o seu voto, junto com o da juíza revisora, para que um coletivo de dez juízes dê o seu veredicto sobre a questão.

O processo movido pela APROPUC e pelo Sinpro-SP é de caráter coletivo, e pede a reintegração dos 211 professores demitidos a partir de 17/2 pela Fundação São Paulo. A APROPUC divulga nesta semana a data e horário exatos do julgamento. Nesse dia, espera-se que o maior número de professores compareça ao local para acompanhar a sessão.

### Liminar cassada

Também em 21/3, dez professores da Faculdade de Direito, que haviam entrado com uma ação coletiva contra as demissões da Fundação São Paulo, conseguiram uma liminar expedida pela 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinando sua reintegração imediata. Na quinta-feira, 23/3, essa liminar foi cassada.

Em sua deliberação inicial, a juíza Rosa de Almeida Buono Russo lembrava que as demissões ocorreram em pleno gozo da estabilidade pactuada no acordo interno firmado entre a PUC-SP e a APROPUC.

A juíza entendeu que a definição do calendário escolar já havia acontecido em 18/11/2005, e que a Reitoria não poderia, em 10/2/2006, alterar a data definida como início das aulas. O parecer determinava que, “em face da natureza alimentar dos salários, a impossibilidade de nova colocação neste período e, em especial, o fato de que a prestação de serviços por parte do empregado não acarreta ne-

nhum dano ao empregador, até porque é moralmente mais justo trabalhar e ganhar do que só auferir indenização compensatória, determina-se a imediata reintegração dos autores, expedindo-se mandado competente para tal fim, sob pena da ré, em caso de descumprimento, arcar com o pagamento diário de multa de R\$ 200 a cada reclamante”.

A ação deverá ser submetida a um julgamento final em data a ser estabelecida.



Veja nessa edição as mobilizações contra as demissões



## Onde estamos

A greve foi parcial. Circunscreveu-se a uma parcela estudantil. Mas teve e terá importância decisiva para os próximos embates.

A minoria mostrou o caminho de defesa da autonomia e democracia universitárias. Expressou a resistência contra a intervenção, as demissões e a mercantilização da educação. Não por acaso, a mobilização teve mais força nos dois primeiros dias nos cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Jornalismo, Psicologia, Pedagogia e Letras. Não demoveu os estudantes de Direito e Economia, dirigidos por centros acadêmicos comprometidos com a prática mercantil do ensino. Mas parcelas de estudantes de Direito e de Economia se posicionaram pela luta. Participaram das assembleias e acataram as decisões do movimento, embora fossem minoria em seus cursos.

Nesta luta – com suas passeatas, atos de protesto, “cadeiraço”, reuniões sistemáticas do comando e aulas públicas com professores demitidos – transpareceram facetas da universidade: a de uma parcela politizada, identificada com uma visão coletiva de ensino; a de uma parcela também “politizada”, identificada com a visão individualista do ensino; e uma grande maioria despolitizada, que pode pender para um lado ou para outro, dividindo-se.

O fundamental, na situação, é que a camada estudantil de visão crítica e não subserviente ao mercado enfrentou com bravura as pressões dos opositores à greve e ganhou terreno entre a maioria despolitizada – parte dela procurou compreender o que estava acontecendo e que implicações terá para o ensino universitário a intervenção mercantilista da Igreja/Fundação.

A greve parcial estudantil e as manifestações colocaram um marco entre a intervenção obscurantista e a universidade viva (há a universidade morta). O que quer dizer que, se não ampliarmos esse marco e não o tornarmos uma trincheira, vencerá o plano de remodelação mercantil da PUC, anunciado pelas demissões, pela imposição de faixas salariais reduzidas pela metade aos novos contratados e pelo aumento da jornada de trabalho. Esse é o ponto em que chegamos.

A atitude contrária à greve de parte dos professores, a omissão de outra parte e o isolamento da minoria disposta a organizar o movimento unificado contribuiu decisivamente para que esta fosse parcial.

A Fundação e a Reitoria não tiveram com o que se preocupar. Logo no primeiro dia, ficou visível que a paralisação não teria força para exigir um encontro entre o comando e a Fundação/Reitoria, de forma que as reivindicações de fim da intervenção e readmissão fossem encaminhadas.

Se houvesse a greve unitária, se a universidade parasse totalmente e se coletivamente dissesse não às violações praticadas pelos interventores, sem dúvida estaríamos em um posto mais avançado de defesa da

democracia e autonomia universitárias, bem como contra os ataques ao trabalho. Logo D. Cláudio Hummes viu que as ações sociais contestatórias não atingiriam a intervenção – os professores, agora tomados de forma geral, haviam se acomodado à intervenção e às demissões dos colegas.

Lideranças estudantis imaginaram que os funcionários poderiam aderir à greve a partir dos estudantes, o que repercutiria positivamente em uma parcela dos professores. Não se confirmou essa possibilidade. Sem os funcionários, os interventores puderam respirar com certo alívio. Certamente, não de todo, devido à surpreendente combatividade da camada estudantil politizada.

A Reitoria chegou a oscilar entre a renúncia e a colaboração com a Fundação. O movimento contestou sua legitimidade, mas não foi além do protesto. Agora, a Reitoria quer que aceitemos o argumento de que o furacão já passou e que é possível iniciar um novo capítulo sem os traumas do final e início do ano. Mas não é bem assim. A Fundação pretende liquidar o nosso contrato de trabalho e substituir os atuais estatutos e o regimento da PUC-SP por outros.

O objetivo político-administrativo da Igreja é o de consolidar a intervenção. A greve parcial estudantil não conseguiu abalar as pretensões e os cálculos da Fundação (condicionados pelos bancos Real e Bradesco), mas mostrou que há forças vivas dispostas a resistir.

É claro que a universidade viva tem de reavivar as forças majoritárias. Os professores têm pela frente a tarefa de reconhecer a importância decisiva do movimento. A crise exige que façamos nossa parte. É preciso reorganizar nossas energias coletivas por meio das assembleias. Temos pela frente graves problemas: 1. Defender o contrato de trabalho; 2. Não permitir que a Fundação e a Reitoria imponham faixas salariais diferenciadas para os novos docentes; 3. Enfrentar a decisão da Igreja de substituir os atuais estatutos e regimento interno; 4. Responder à deterioração das condições de ensino e aumento da elitização da universidade, com a exclusão dos estudantes pobres.

Faz parte desses objetivos fortalecer a APROPUC contra os defensores da intervenção e das demissões.

*Erson Martins de Oliveira,  
Diretor da Apropuc.*

**PUCviva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera.

Reportagem: Jaqueline Nikiforos. Edição de arte, projeto gráfico e

editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães.

Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla

Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza,

Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da

Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br).

Telefone da Afapuc: 3670-8208. Endereço do PUCviva: Rua Cardoso de

Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP.

Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) -

PUCviva na Internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).



# Passeata à Marquês para as ruas da cidade



São Pedro não foi forte o bastante. Nem mesmo a intermitência das chuvas de março impediu a passeata que saiu da Monte Alegre na terça-feira, dia 21/3, de cruzar os bairros de Perdizes e Higienópolis, parar a Consolação e abalar a aparente normalidade do câmpus Marquês de Paranaguá.

Às 18h, já era grande o número de pessoas que se concentravam em frente ao Tuca à espera do começo do ato em defesa da PUC-SP. Uma hora depois, cerca de 800 pessoas iniciaram a caminhada de protesto rumo à Marquês.

Malabaristas, *performers*, um grupo de maracatu e um carro de som davam ritmo à manifestação. Estudantes de diversos cursos levavam faixas e entoavam marchinhas e palavras de ordem contra a intervenção da Igreja, as demissões e os rumos administrativos impostos pela Reitoria. Bandeiras levantadas e defendidas não só pelo movimento grevista, como pela maioria da comunidade puquiiana.

O ato paralisou diversas avenidas importantes da São Paulo, entre elas a Pacaembu e a Angélica e as duas faixas da Rua da Consolação. A Polícia Militar isolou todo o percurso,

impedindo o tráfego de veículos e garantindo uma passagem tranquila e quase sem problemas, não fosse um pequeno desentendimento com um policial, que insistia em passar com sua moto em meio à multidão. Chegando a seu destino,

os manifestantes ocuparam todo o câmpus da Marquês, encerrando o ato com as falas de incentivo e apoio de representantes do próprio câmpus e de outras universidades à luta da PUC-SP e em defesa da qualidade de ensino.



FOTOS DE FÁBIO NASSIF

Nas fotos acima, alguns momentos da passeata dos estudantes na noite de 21/3, pelas ruas da cidade e no câmpus Marquês de Paranaguá



# Greve chega ao fim, mas atividades continuam

A greve decretada em 14/3, num Tuca com quase mil pessoas, terminou nove dias depois, na noite da quinta-feira, 23/3, numa assembléia que reuniu cerca de cem estudantes.

Apesar do fim do movimento grevista, a universidade não deve voltar à "normalidade" tão sonhada pela Reitoria: a assembléia aprovou a continuidade de várias atividades que marcaram a greve, com destaque para as aulas públicas com professores ativos e demitidos. Na manhã da quarta-feira, 29/3, haverá mais uma passeata em defesa da universidade, partindo do câmpus Monte Alegre e seguindo até o vão livre do Masp, na Avenida Paulista.

O Comitê Geral de Mobilização, que já vinha atuando na greve, continua a se reunir ao longo da semana. Dentro dele, foi criada uma comissão para buscar a abertura dos livros da universidade. A exemplo do que ocorreu no ano passado, foi criado um comitê específico para lutar pela abertura do edital de bolsas de estudo. O Comitê Geral deve buscar a Rei-



FÁBIO NASSIF

Estudantes se reúnem no Pátio da Cruz, quinta-feira, 23/3

toria para uma negociação aberta sobre essas questões, além da readmissão dos demitidos pela Fundação São Paulo e do fim da intervenção da Igreja e dos bancos.

A assembléia também aprovou a realização de campanhas contra a reitora Maura Vêras e sua equipe, pelo boicote ao pagamento das mensalidades, e para barrar a possível demissão de funcionários das secretarias de atendimento aos alunos, no fim deste se-

mestre – algo que a Reitoria já sinalizou que quer fazer.

Várias avaliações levantaram as dificuldades encontradas pelos estudantes para conseguir uma maior adesão à paralisação, já que professores e funcionários tiveram uma participação limitada. Porém, os estudantes lembraram em suas intervenções o papel positivo da greve, que serviu para ampliar o debate sobre a crise da PUC e ratificar bandeiras de luta como a reabertura do edital de bolsas.

## Propostas para o Consun

Algumas questões levantadas pelo movimento devem chegar ao Conselho Universitário nos próximos dias. A plenária aprovou três itens que serão levados ao conselho pelo estudante Rodrigo de Souza, representante discente do CCH: a não contratação de novos professores para substituir os demitidos pela Fundação São Paulo, a abertura dos livros da universidade e a destituição de Maura.

## Assembléia Professores

30/3 - quinta-feira - 18h - auditório 239

- Informes
- Avaliação da situação do movimento contra demissões e intervenção
  - Encaminhamentos
  - Cumprimento dos acordos salariais
  - Contrato de trabalho



# Incapacidade financeira da PUC-SP deixa professores sem reajuste

**A** Reitoria informou na semana passada que o salário dos funcionários administrativos de São Paulo e Sorocaba serão reajustados em 4,27%, valor determinado pelo acordo coletivo da categoria. A decisão não vale para os funcionários do Hospital Santa Lucinda, que fizeram um acordo em separado com a Reitoria.

Os funcionários estranharam a decisão da administração da universidade (veja nota abaixo), pois ainda não foram creditados os valores do dissídio de 2005 (7,66%), que já teve decisão favorável da Justiça do Trabalho. Apesar da vontade sinalizada pelos diretores da AFAPUC, de que a pendência fosse rediscutida pelas duas partes, a Reitoria insistiu em

aguardar a decisão final da Justiça. Dessa forma, os 4,27% representam bem menos do que aquilo que os funcionários deveriam receber, pois estão incidindo sobre os salários de 2004, e não 2005.

## Professores

Para os docentes, a situação é muito pior. O salário hoje em vigor é o mesmo que os professores recebiam em março de 2004, pois não receberam a correção do acordo de 2005 (7,66%) e de 2006 (4,27%), acumulando, portanto uma defasagem de 12,66%. A PUC ainda deve aos professores os valores referentes aos dissídios de 2004 e 2005, que foram acordados com a atual Reitoria e com o professor Antonio Carlos

Ronca, e que deveriam começar a ser pagos em janeiro passado. Segundo cálculos da APROPUC, realizados em 2005, a PUC deve mais de 80% de um salário a cada professor.

Procurado pelo *PUCviva*, o vice-reitor administrativo Flávio Saraiwa informou que o não pagamento dos dissídios aos professores deve-se a uma momentânea incapacidade financeira da instituição. A Reitoria ainda não tem uma proposta concreta sobre como fará estes pagamentos, e deve procurar futuramente a APROPUC para discutir essas questões.

O professor Flávio informou também que no dia 6 de abril os salários de professores e funcionários serão creditados integralmente.

## Nota da AFAPUC sobre o reajuste dos funcionários

Nesta semana, fomos surpreendidos com a notícia de que a Fundação São Paulo e a Reitoria devem aplicar nos salários dos funcionários administrativos o reajuste de 4,27%, baseado no acordo da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT – Semesp e Saaesp).

Esclarecemos que, no ano de 2005, a Reitoria não honrou a aplicação do índice de 7,66% nos salários dos trabalhadores, conforme decisão da Justiça do Trabalho, que havia determinado o pagamento imediato do reajuste.

No dia 6 março de 2006, houve uma mesa conciliatória na Subdelegacia Regional do Trabalho, entre a AFAPUC e Fundação São Paulo, devido às denúncias sobre as irregularidades trabalhistas existentes na universidade. Nesta mesa, a Fundação comprometeu-se a apresentar uma ampla proposta de negociação, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da mesma. Fato este que não ocorreu até o presente momento.

Estranhamos que a Reitoria sinalize a aplicação dos 4,27% na folha de pagamento no mês de março, sendo que ainda não estão reajustados os salários do ano de 2005. Se este reajuste ocorrer, causará uma perda

financeira e política para os trabalhadores da PUC-SP, que já estão com os salários defasados.

Estranhamos também que o reajuste salarial de 2006, que ora a Reitoria sinaliza pagar, seja o índice previsto pela CCT, quando nesta universidade sempre foi honrada e respeitada a recomposição salarial pelo ICV-Dieese.

Reafirmamos que tal decisão não foi acordada com a associação, representante legítima dos trabalhadores. Contudo, esta posição, adotada mais uma vez pela Reitoria, mostra seu desrespeito para com os trabalhadores desta universidade, e ainda expressa seu caráter autoritário e antidemocrático, com ações impostas e não discutidas com os interlocutores dos funcionários.

Em suma, repudiamos esse tipo de manobra utilizada pela Reitoria, que achata os salários dos funcionários, sem que as perdas do passado estejam definidas. O anúncio da aplicação do reajuste de 2006 serve apenas para encobrir o não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Reitoria.

Diretoria da AFAPUC



# Nota conjunta da Reitoria da PUC-SP e da Secretaria Executiva da Fundação São Paulo

A Reitoria da PUC-SP e a Secretaria Executiva da Fundação São Paulo julgam oportuno esclarecer a todos que, diante da gravíssima situação financeira da universidade, diversas medidas foram tomadas.

No que diz respeito à dívida, recorreremos ao Bradesco e ao Real, pois não tínhamos outra alternativa. Se não o fizéssemos, a PUC-SP entraria em colapso no segundo semestre de 2005. Trocamos uma dívida herdada de gestão anterior, onerosa, com juros altos e prazos curtos com 14 bancos, por volta de 67 milhões, por outra com prazos mais longos, com juros menores, no montante de R\$ 82 milhões. Os R\$ 15 milhões suplementares dariam maior possibilidade de enfrentamento de dívidas ainda de 2004 e capital de giro. Para que esse empréstimo fosse obtido, foi necessária a intervenção pessoal do grão-chanceler, que figurou como supervisor da operação. O contrato exigia enxugamento geral de custos.

Durante as negociações, o grão-chanceler sugeriu a nomeação de um assessor para o acompanhamento da dívida. Na reunião do Conselho Universitário de 29 de junho de 2005, a reitora informou que um membro ligado à Mitra Arquidiocesana estaria exercendo essa função, e em 29/07 este foi nomeado secretário adjunto, passando a acompanhar o desempenho financeiro da PUC-SP e necessitando-se sempre de duas assinaturas para qualquer medida.

O contrato com os bancos foi formalizado em 08 agosto de 2005, e divulgado em linhas gerais no jornal *PUC S. Paulo* de 17 de agosto. Em 21 de setembro, em reunião extraordinária do Consun, foi feito um balanço detalhado da situação financeira da universidade, com a apresentação de Relatório à Comunidade, no qual se destacava o déficit mensal médio de R\$ 3 milhões, que persistiu entre janeiro e setembro de 2005, a despeito das medidas emergenciais decididas no início daquele ano. Naquela ocasião, o vice-reitor administrativo foi contundente ao afirmar que “com re-

lação à dívida, fizeram o empréstimo de R\$ 82 milhões e continuavam com o déficit, de maneira que iriam consumir todo esse valor até o final do ano, sendo que precisavam urgentemente reverter resultados e não seria possível obter novos empréstimos”.

No relatório apresentado em setembro, já era visível a deterioração das contas da universidade, que apontavam para o aumento do déficit mensal. Essa situação esteve na origem dos esforços da Reitoria para equacionar o problema, por meio da maximização do contrato de trabalho docente, medida aprovada pelo Consun em novembro de 2005.

Desde então, iniciou-se uma corrida contra o tempo na busca do convencimento da comunidade de que os cortes na folha salarial eram imprescindíveis. No entanto, a despeito do esforço inédito que envolveu todas as unidades acadêmicas, os resultados não foram suficientes para atingir a meta. Foi nesse contexto que, em 20 de dezembro, o grão-chanceler chamou a Reitoria para informá-la de que tomaria as medidas necessárias para alcançar os resultados, entre elas a nomeação de um novo secretário executivo da Fundação São Paulo. Diante disso, em 22 de dezembro, a Reitoria chamou a comunidade universitária ao Tuca para informar sua disposição de realizar os cortes necessários e preservar o controle da Reitoria sobre a esfera financeira da instituição.

Em razão do apoio recebido na reunião no Tuca, a Reitoria obteve um tempo suplementar para aprofundar os ajustes, com os métodos pactuados com os conselhos superiores e as direções das unidades.

Os resultados alcançados pela Reitoria, até início de fevereiro, foram bastante significativos: 268 professores demitidos, incluindo o Plano de Demissão Voluntária Docente, e cerca de 3,13 milhões de redução na folha de pagamento. Mas não foram suficientes para atingir a meta de mais de R\$ 4 milhões, patamar atingido por nosso déficit médio mensal em dezembro de 2005.

Quase no limite do prazo, sem que os montantes exigidos tivessem sido alcançados, a Presidência da Fundação São Paulo tomou a decisão de reestruturar a função do secretário executivo em uma secretaria composta por três membros: a reitora e dois outros secretários, com a incumbência de realizar os cortes necessários.

A partir de então, a Reitoria assumiu uma posição clara. Mesmo reconhecendo sua necessidade, não assumiu os cortes suplementares, que foram realizados pela secretaria da Fundação. A nota da Fundação São Paulo, em resposta à manifestação do Consun de 08 de março p.p., era inequívoca: “o prazo limite para o ajuste da folha salarial docente era a sexta-feira, dia 17 de fevereiro. Até o dia 10 de fevereiro os esforços da Reitoria, dos Conselhos Superiores e das direções das unidades acadêmicas da universidade não haviam atingido o patamar necessário para reverter o déficit operacional da instituição. Foi neste contexto que a Reitoria informou à Fundação que não cumpriria as metas nos montantes e prazos previstos” (nota da Fundação São Paulo tornada pública em 10/03/2006).

E ainda: “a Fundação foi obrigada a executar demissões em um curto espaço de tempo sem o amparo do conhecimento íntimo que possuem as chefias e direções acadêmicas da universidade...” (nota da Fundação São Paulo de 10/03/2006).

Foi com extremo pesar que acompanhamos esse processo, doloroso para a comunidade universitária. Lastimamos que os déficits crônicos, que estiveram na origem das dispensas de professores e funcionários, não tenham sido equacionados paulatinamente, evitando as drásticas medidas que foram tomadas.

Nesse momento, consideramos essencial o retorno à normalidade. Confiamos na capacidade de superação desta universidade, e desejamos que nossa autonomia seja sempre preservada, e que nossas diretrizes se desenvolvam na busca da sustentabilidade.

Reitoria da PUC-SP e Secretaria Executiva da Fundação São Paulo



# Minhas divergências com a APROPUC e a AFAPUC

Carlos Eduardo Carvalho

O *PUCviva* voltou a me caluniar. A edição 560 me atribui “uma avaliação generalizada de que os demitidos não trabalham”, em uma mensagem enviada para colegas pela Internet. Nunca afirmei que os demitidos em geral não trabalhavam: entre os demitidos (e no PDV) que conhecia, há colegas que trabalhavam pouco e mal e colegas que desrespeitavam a PUC e os alunos. Não posso avaliar quantos dos demitidos se enquadram aí: não conheço a maioria deles, não conheço os critérios de demissão. Minhas palavras foram deturpadas, como um ano atrás, na edição 524.

Na edição 565, Erson Martins de Oliveira refere-se à ofensiva “da direita pró-intervenção”, a “aguerridos defensores das demissões” e a “uma dura investida ideológica contra a Associação”. É o de sempre: todos que não concordam integralmente com a APROPUC são defensores de demissões em massa. Somos atacados por sermos da “direita” e por fazermos ofensiva “ideológica”. É isso: a APROPUC não atua como entidade de classe, e sim como agrupamento ideológico. Não importa que somos professores, se somos de “direita”.

A natureza ideológica da APROPUC conduz as associações à impotência política. Em uma “assembleia” em março de 2005, foi aprovada proposta minha para que a APROPUC organizasse uma comissão de professores de sua confiança para elaborar um diagnóstico da crise da PUC e apresentar soluções. A comissão nunca produziu nada. Justificativa: a Reitoria não quis colaborar e não prestou informações. Um absurdo: a diretoria revolucionária, que pediu a liberdade de Saddam Hussein em um editorial do *PUCviva* e ataca duramente a Reitoria, esta mesma diretoria não consegue propor nada para a universidade sem a colaboração da Reitoria!

Avaliação que se impõe: os direto-

res da APROPUC não têm propostas para os problemas da PUC. Gostam de enunciados grandiloquentes sobre o Iraque e outros temas, mas nada têm de concreto a dizer sobre a PUC. Sabem apenas defender a estatização e lutar para manter tudo como estava, ou seja, os salários e as “conquistas” que não se sabe como pagar, a não ser com as mensalidades absurdas impostas aos alunos. É impotência política travestida de radicalização ideológica.

A impotência e a radicalização reforçam a incapacidade de dialogar com colegas, a quem depois acusam de atacar a associação. Cito dois episódios relevantes. Logo depois de eleito representante docente do CCJEA no Conselho Universitário, em junho de 2005, procurei a APROPUC e me coloquei à disposição para discutir minha atuação no Consun e a agenda de questões a enfrentar. Falei com Erson e Hamilton [Octavio de Souza], Priscilla [Cornalbas] estava de férias. Nunca recebi qualquer resposta da APROPUC, qualquer convite para conversar, nem um telefonema sequer.

No início de novembro, cada vez mais preocupado com o agravamento dos problemas e a perigosa lentidão do Consun, procurei a AFAPUC para um diálogo com a representação dos funcionários, com o objetivo de desobstruir os trabalhos no Consun. Conversei com Anselmo [Antonio da Silva], Francisco [Cristóvão] e Marta [Bispo da Cruz], expus meus pontos de vista com lealdade e franqueza. Na reunião seguinte do Consun, uma representante dos funcionários pediu a palavra para fazer uma “denúncia grave”: fui “denunciado” por ter procurado diretores da AFAPUC para conversar sobre temas do Consun! Fui “denunciado” também por ter feito afirmações “absurdas”: que a Igreja iria intervir na PUC nos próximos meses se não equacionássemos a situação financeira; que a intervenção seria feita na Fundação, sem destituir a Reitoria; e que a reitora continuaria no cargo, apesar da intervenção.

Não consegui convencer ninguém, mas posso me orgulhar de ter sido um bom analista e de ter antecipado bem o rumo dos acontecimentos. É um consolo. Também estava certo na “assembleia” de março de 2005, infelizmente: disse ali, com quase um ano de antecedência, que a PUC-SP iria falir até dezembro e que, se não fizessemos nada, a Igreja faria. Insisti: a única forma de evitar demissões em massa e reduzir o arbítrio e as injustiças seria nós mesmos, os professores, fazermos os ajustes necessários na universidade. Alguns colegas na ocasião disseram que eu fazia “terrorismo” para defender demissões.

Ao invés de dialogar comigo, as associações partiram para a calúnia e a agressão. Ao invés de reconhecer que se equivocaram, ampliaram as calúnias e as agressões.

Meu esforço ao longo de 2005 foi EVITAR as demissões em massa: agora sou acusado de querer demissões em massa. Em novembro, lutava para EVITAR que a paralisia do Consun provocasse a intervenção da Igreja: agora sou acusado de defender a intervenção.

Procurei dialogar com as associações de forma leal: fui caluniado no *PUCviva*, em março de 2005, fui “denunciado” no Consun em novembro, fui de novo caluniado no *PUCviva* um mês atrás.

Este é o círculo lamentável de calúnia, deslealdade e exclusão ideológica que praticam os diretores da APROPUC e da AFAPUC.

Os responsáveis pela impotência política, pelo enfraquecimento e pelo isolamento das associações não somos nós. Os responsáveis são os seus diretores.

Carlos Eduardo Carvalho é professor do Departamento de Economia

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.



# Carta do Comando de Greve à comunidade

Desde que foi declarado abertamente que a PUC-SP está em crise, a comunidade vem sofrendo diversos ataques, que se agravaram no primeiro semestre de 2005, quando a então recém-eleita reitora ("do diálogo e da democracia" – Maura Vêras), com a chamada Reestruturação da PUC-SP, demitiu os primeiros funcionários.

Mesmo após nossa reitora ter cortado os 20% da folha de pagamento exigidos pelos bancos, com o objetivo de zerar o déficit mensal de R\$ 4 milhões, e depois iniciar o processo do pagamento da dívida de 82 milhões, os bancos queriam mais. No início de nosso ano letivo (2006), a PUC-SP passou a sofrer intervenção direta da Igreja como garantia de implementação dessas medidas e, para evitar maiores problemas com as demissões, o início das aulas foi adiado para março.

Em nome de manter seu compromisso com os bancos, estudantes vêm deparando-se com a falta de laboratórios, salas superlotadas, professores demitidos, janelas nas grades letivas, corte de bolsas, pesquisas interrompidas, falta de professores para orientação, corte nas bolsas de iniciação científica e, por fim, mensalidades cada vez mais altas (em torno de R\$ 1.000, as mais baratas). Professores e funcionários há anos recebem salários atrasados e parcelados, sobrecarregados com muitas aulas, reduzindo e prejudicando o tempo para produção de conhecimento científico, a qualidade de ensino e a dedicação à universidade, agora recebem telegramas em suas casas notificando-os de suas demissões sem justificativa, com critérios obscuros e perniciosos.

No dia 14 de março, foi declarado que não é a intenção da Reitoria e da Cúria Metropolitana readmitir professores e funcionários. Pelo contrário: programa-se a extensão dessas medidas extremamente danosas e arbitrarias com mais demissões e cortes. É importante ressaltar que as novas contratações enfraquecerão o nível acadêmico do quadro de professores, haja visto o brusco rompimento dos trabalhos já iniciados, como pesquisas e produções acadêmicas. A Reitoria tem aberto editais de contratação passando por cima dos conselhos deliberativos da PUC-SP, que votaram pela revogação das demissões.

## Qual a origem da crise ?

A crise da PUC-SP está inserida no marco da crise nacional da educação e, com relação à sua dívida, sabe-se que é resultado de anos e anos de administrações que geraram dívidas com cerca de 16 bancos e, no meio do ano passado, dois bancos – Real e Bradesco – em um acordo com a Reitoria e a Fundação São Paulo, concentraram todas as dívidas em suas mãos, permitindo o controle que exercem hoje sobre a universidade.

Durante todo o processo, as negociações deram-se por cima, sem discussão ou negociação com a comunidade, e não temos clareza das reais causas e problemas que resultaram nesta crise, e mesmo com relação ao pagamento da dívida, quanto já foi para os bancos em nome das altas mensalidades, do atraso de salários e das demissões. Exigimos a **ABERTURA DOS LIVROS** da universidade, sob controle de uma comissão de estudantes, funcionários e professores, e também o **FIM DA INTERVENÇÃO DOS BANCOS E DA IGREJA** na PUC-SP, a fim de, em cima destes dados, podermos tomar medidas concretas que dizem respeito aos reais interesses da comunidade, garantindo a qualidade de ensino e trabalho.

## Qual a saída?

Entendemos que nós, comunidade, não participamos do

processo que resultou na atual conjuntura da universidade, e fomos violentamente atacados. Temos que decidir, discutir e tomar medidas concretas para barrar e reverter esses ataques, sanar a crise da PUC-SP pela raiz e construir um modelo de universidade que sirva a nossos interesses.

Diante desta situação, os três setores desta universidade organizaram-se em assembléias de cursos, de cada setor e geral, discutiram os reflexos da crise em cada uma dessas instâncias e votaram quais demandas que sentimos e quais medidas adotariamos para conquistá-las.

**Defendemos a qualidade de ensino e trabalho na PUC-SP: a readmissão dos professores e funcionários demitidos** (afinal, se a demissão foi feita sem critérios, tampouco será a readmissão – só a comunidade pode definir quais os professores e funcionários atendem aos critérios acadêmicos e administrativos. Portanto, não reconhecemos como legítimas as demissões realizadas até então). **Contra a intervenção dos bancos Real e Bradesco, e da Fundação São Paulo;** por uma saída da crise que atenda aos interesses da comunidade, **que todas as negociações sobre a crise sejam abertas a todos, nos espaços físicos da PUC;** **que o edital de bolsas seja imediatamente aberto a todos os estudantes que precisam, e que sejam abertos todos os livros da universidade,** para que possamos ter clareza de todo o processo financeiro e administrativo.

A votação em assembléia com mais de mil pessoas no Tuca, que deliberou pela greve de ocupação da universidade, consiste em paralisarmos as aulas para promovermos atos e atividades que barrem os ataques imediatos à qualidade de ensino e pesquisa, assim como iniciar uma discussão mais profunda de como iremos solucionar a fundo a crise da PUC-SP, quais nossas prioridades, qual modelo de universidade defendemos e como iremos construí-lo.

A reitora Maura Vêras solta declarações em que diz que "enfrenta com vigor os problemas que colocaram em risco sua continuidade institucional e sua autonomia". Segundo a declaração do próprio cardeal Dom Cláudio, a Reitoria havia, no ano passado, renegociado a dívida da PUC-SP com os bancos Real e Bradesco, já sob a condição de realizar o corte de 30% da folha de pagamento. Não acreditamos que ao aplicar as medidas ditadas pelos bancos e a Fundação São Paulo (aplicadas hoje pela própria intervenção), seja garantir a "autonomia" da PUC-SP e sua normalidade e "continuidade institucional".

Maura não realizou até agora qualquer diálogo (a não ser com os interventores). **Exigimos uma negociação aberta no Tuca, com a presença da Reitoria e da Fundação São Paulo** (atuais membros da "comissão gestora" da PUC-SP).

Convocamos todos os estudantes, funcionários e professores a pararem suas atividades e decidirem os rumos de nossa universidade, propondo atividades, participando dos espaços e do comando de greve (todos os dias às 7h45, 13h e 18h), a fim de ocupar a nossa universidade de maneira produtiva e organizada, construindo assim um movimento coeso e eficaz. Não podemos nos contentar com pequenas concessões, enquanto sofremos grandes perdas. O problema não é pontual, e sim estrutural.

É momento de unificar idéias e ações, para conjuntamente decidirmos os rumos da PUC!

São Paulo, 20 de março de 2006  
Comando de Greve da PUC-SP



# 28 entidades assinam documento em defesa da PUC-SP

O *PUCviva* recebeu na semana passada um novo abaixo-assinado em defesa da PUC-SP, ratificado por 28 entidades de vários estados do país.

O texto avalia as graves conseqüências das políticas de ensino superior aplicadas no Brasil nos últimos anos, com grandes perdas na autonomia das universidades e crescente falta de verbas para as instituições públicas. Na visão das entidades, tais mudanças decorrem da implementação, pelo governo federal, das diretrizes do Banco Mundial para a educação dos países subdesenvolvidos. "Trata-se de uma ofensiva gigantesca para adequar o ensino superior do país completamente à lógica do mercado", diz o texto.

O documento ressalta que a PUC-SP também é vítima desse processo, intensificado pela influência direta do Bradesco, do Banco Real e da Igreja Católica nas demissões de professores e funcionários. Sendo assim, as entidades reivindicam a estatização desta e das demais universidades particulares do país, considerando que um eventual empréstimo do BNDES "em nada resolveria o problema estrutural e faria, por mais uma vez, recursos públicos serem utilizados sem que isso se traduza em serviço público e gratuito".

Por fim, o texto afirma que defender a PUC é função de "de todos aqueles que lutam pela reversão do quadro político e social dominante no país". As entidades oferecem "não somente o apoio político, mas a dispo-

sição de contribuir de todas as formas possíveis para a defesa da PUC-SP".

Logo abaixo, listamos os nomes das 28 entidades que subscrevem o documento:

*Conlute* (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes); *Conlutas* (Coordenação Nacional de Lutas dos Trabalhadores); *FSDMG* (Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais); *CA Clarice Lispector* (Letras e SEB – PUC-SP); *DCE da UniSant'Anna*; *CA XXIII de Abril* (Fatec-SP); *DCE da UFRJ*; *DCE da UFMG*; *STIA – SJC* (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de São José dos Campos); *Sindicato dos Químicos* de São José dos Campos e Região; *Apeoesp* (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de SP); *Sindisef-SP* (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Federal em SP); *Sindipetro AL/SE* (Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe); *Sintect-RS* (Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Sul); *Assibge* (Associação dos Trabalhadores do IBGE – Direção Proporcional Sindicato de Luta); *Conlutas – RN* (Rio Grande do Norte); *SindSaúde-RN* (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Rio Grande do Norte); *FNTIG* (Federação Nacional dos Trabalhadores em Indústria Gráfica); *MTL-MG* (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade de Minas Gerais); *PSTU* (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado); *Sindicato dos Gráficos – MG*; *Unafisco-SP* (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal); *SindMetal – SJC* (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região); *DCE-UEM* (Universidade Estadual de Maringá – PR); *Sismmar* (Sindicato dos Servidores Públicos de Maringá); *ASSIBGE-PR* (Associação dos Trabalhadores do IBGE no Paraná); *LBI* (Liga Bolchevique Internacionalista); *Sinte-SC* (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina)

## Professores da PUC-Campinas manifestam apoio

A Apropucc Campinas tem acompanhado com apreensão a luta do movimento docente da PUC São Paulo desde o início da crise recém-instalada na universidade.

A PUC São Paulo tem se mostrado como uma instituição reconhecidamente comprometida com a produção de conhecimento no país, bem como com o aperfeiçoamento do ambiente democrático no qual suas atividades são desenvolvidas. Sabemos que a conquista dessas condições contou historicamente com os movimentos docente, discente e funcional combativos, em defesa de um projeto de universidade democrática, tendo suas entidades representativas à frente desse processo.

A luta do movimento docente progressista em âmbito nacional, em defesa do ensino público de qualidade em todos os níveis, nunca nos retirou da luta pela regulamentação da educação superior privada, justamente por entendermos que apenas uma pequena parcela desse setor indicava algum nível de compromisso com a sociedade, dentre elas a PUC São Paulo. Contudo, é fato também que a ofensiva neoliberal coloca em xeque o projeto de universidade democrática versus a opção deliberada por uma concepção mercadológica de Edu-

cação, na qual uma carreira docente que ofereça condições de trabalho ao professor, para que este produza conhecimento, é colocada como a grande vilã e responsável pela crise financeira da instituição, servindo de mote para justificar as demissões em massa e contratações posteriores por salários mais baixos.

Não podemos deixar que colocação desta natureza, veiculada pela ideologia dominante, intimide nossa luta histórica pela qualidade de ensino, pesquisa e extensão e por melhores condições de trabalho.

Nesse processo, equivocam-se aqueles que acreditam que a organização dos trabalhadores não é importante. Mais do que nunca, fortalecer as entidades representativas se faz necessário, uma vez que o objetivo dos representantes neoliberais é justamente acabar com qualquer tipo de resistência às suas imposições.

Nós da Apropucc Campinas nos solidarizamos com a APROPUC São Paulo e com o movimento universitário, na certeza de que conseguiremos, sempre na luta, contribuir com o avanço das forças democráticas, com a organização dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

*Diretoria da Apropucc Campinas*



## Abaixo assinado une ex-alunos e ex-professores

**Mais de uma centena de ex-alunos e ex-professores da PUC-SP, especialmente do curso de Psicologia, assinam o documento reproduzido abaixo, sobre a situação atual da universidade:**

Ex-alunos e ex-professores que somos da PUC-SP, gostaríamos de manifestar nossa posição com relação aos acontecimentos que vêm ocorrendo nesta instituição e que estão causando grande comoção à comunidade paulista e brasileira. A grave situação pela qual a universidade passa é decorrência da intervenção externa aos seus processos decisórios, que deveriam competir unicamente aos colegiados democraticamente eleitos por seus pares. Essa intervenção está levando a efeito demissões em massa de professores e comprometendo a formação dos atuais estudantes e a de futuras gerações.

As considerações que embasam tal posição apresentam-se a seguir:

1. Considerando o passado histórico, as grandes realizações, conquistas e visão de futuro, tanto no âmbito educacional quanto científico, de uma das mais importantes universidades brasileiras;
2. Considerando que essas conquistas encontram-se frontalmente ameaçadas pela unidimensionalidade da análise que insere a educação e a pesquisa científica no Brasil num âmbito meramente financeiro;
3. Considerando a conscientização cada vez maior, por parte de diferentes nações, quanto à importância da educação para o desenvolvimento de um país;
4. Considerando que as medidas que estão sendo anunciadas na PUC-SP desrespeitam importantes conquistas educacionais e científicas que são públicas e de propriedade da sociedade brasileira;
5. Considerando que essas medidas desrespeitam importantes conquistas de paridade e autonomia da universidade;
6. Considerando nossa responsabilidade, como sociedade, com relação ao futuro de nosso país;

### **Exigimos, assim embasados:**

- a) a imediata revisão das demissões já efetuadas;
- b) o respeito às formas democráticas e autônomas de decisão da universidade, com a eliminação imediata de qualquer forma de intervenção;
- c) o respeito à sociedade presente e futura do nosso país;
- d) o respeito à educação e à ciência do Brasil.

## Promoção de ovos de Páscoa na AFAPUC

A tradicional venda de ovos de Páscoa na sede da AFAPUC começa nesta segunda-feira, 3/4, e vai até 10/4, das 9h às 16h40. Os valores podem ser descontados em duas vezes na folha de pagamento (maio e junho).

## Depois do silêncio, Consun volta a se reunir

Na sexta-feira, 24/3, ao fecharmos esta edição, o Conselho Universitário (Consun) voltou a se reunir depois de um período de silêncio frente a vários desdobramentos da crise da PUC-SP, durante os quais não houve convocação por parte da Reitoria. Na pauta, estabelecida pela reitora Maura Vêras, estava a negativa da Fundação São Paulo em revogar as demissões que efetuou, contrariando, portanto, a determinação do Consun. Também seriam apresentados números atualizados sobre os resultados financeiros dos cortes e os rombos no quadro

de professores. Antes disso, porém, diversos conselheiros criticaram duramente o fato de o conselho não ter sido convocado em momentos anteriores, especialmente quando o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) enviou carta ao Consun para saber como proceder nas novas contratações de docentes. Na ocasião, além de não ter sido convocada reunião para responder ao Cepe, Maura ainda divulgou documento determinando que tais contratações, com salários bêm abaixo dos atuais, fossem feitas. Confira relato completo dessa reunião do Consun em [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

## Professores falam sobre Guerra Civil Espanhola

O Núcleo de Sociabilidade Libertária (NuSol), do pós em Ciências Sociais da PUC-SP, realizará no dia 3/4, às 19h, uma conversação sobre a *Guerra Civil Espanhola - momento de invenções, confrontos e reviravoltas anarquistas*. A atividade acontece no Pátio do Museu da Cultura, e terá a presença de professores da PUC-SP e expoentes do anarquismo no Brasil. São eles Eduardo Valladares, Edson Passetti, Margaret Rago e Nildo Aveilino. Também será exibida a produção audiovisual *A guerra devorou a Revolução*.

## Cecom não discute bolsas de estudo

Na reunião do Conselho Comunitário (Cecom) de 21/3, o documento sobre bolsas de estudo alterado e aprovado na sessão anterior, realizada em dezembro, não foi apresentado aos conselheiros. Naquela ocasião, o assunto foi pauta única, e gerou discussões sobre o aproveitamento das bolsas reservadas aos funcionários. Na semana passada, o Cecom concentrou-se somente em discutir e avaliar a recepção dos calouros ocorridas em todos os câmpus da PUC-SP. Muito foi comentado sobre a tranquilidade dos festejos da Monte Alegre e dos problemas ocorridos em Sorocaba, principalmente por parte das repúblicas de estudantes.